

Brasília, 27 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Band.com.br

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Burocracia e instabilidade travam patentes e afastam investimentos 3

Reuters

Terça-feira, 26 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Advogados de réus do 6 de janeiro devem enfrentar processo por direitos autorais d... 4

Folha.com

Terça-feira, 26 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Chico Buarque processa Meta por uso de música por perfil de direita no Instagram 6

G1 - Globo

Terça-feira, 26 de maio de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

'Mercado ilegal de canetas é até cinco vezes maior que o formal', diz vice-presidente... 7

O Globo Online

Terça-feira, 26 de maio de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Caneta nacional: Anvisa aprova 1º 'genérico' do Ozempic; entenda como funciona 8

Burocracia e instabilidade travam patentes e afastam investimentos



Demora no registro pelo **INPI** e falta de estabilidade regulatória colocam o Brasil na 52ª posição em inovação; engenheiro espera resposta desde 2020

A demora na análise e no **registro de patentes** no Brasil atrasa o desenvolvimento de novas tecnologias e afasta potenciais investidores - e a falta de estabilidade nas regras do setor agrava ainda mais o cenário. É o que revelam dados e casos concretos de inventores brasileiros que pagam taxas anuais ao órgão regulador enquanto aguardam uma resposta que não vem.

Compartilhar

O engenheiro Luciano Martins Pereira é um deles. Desde 2020, ele tenta patentear motos de entrega equipadas com sistema de controle de temperatura - úteis para transportar desde medicamentos que precisam ser refrigerados até pizzas quentes. A solução, desenvolvida por ele, aproveita o movimento da roda para acionar um alternador, gerar energia e recarregar a bateria que alimenta o compressor e a evaporadora. Um mecanismo que, na prática, resolve um problema cotidiano de logística urbana.

"Se fosse mais rápida essa análise da patente, essa resposta, eu acho que a gente teria muito mais

êxito, principalmente nessa questão de investimento", afirma Luciano. "As pessoas falam: 'e se não sair a patente?' Então esse tempo de espera, além de prejudicar o negócio, é oneroso."

Além de arcar com as taxas para dar entrada no pedido, o engenheiro paga cerca de R\$ 2 mil de anuidade ao **INPI**, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** - órgão responsável por conceder **patentes** no país. Para isso, avalia critérios como o caráter inovador do produto e sua aplicação industrial. Porém, sem prazo definido para responder.

Os números internacionais colocam o problema em perspectiva. De acordo com o último levantamento de inovação da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**, divulgado em 2025, o Brasil ocupa a 52ª posição no ranking global de inovação - atrás do Chile (51º), da Índia (38º) e da China (10º). No critério específico de estabilidade regulatória, o país aparece na 128ª colocação.

Para Thiago Falda, presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), o problema vai além do prejuízo econômico imediato. "O ambiente propício para inovação reflete diretamente na qualidade de vida de uma população. A inovação permite que cadeias produtivas mais complexas sejam desenvolvidas e, com isso, trabalhos e empregos de maior qualidade", afirma.

A combinação de taxas elevadas, espera indefinida e regras instáveis cria um ambiente que desincentiva tanto o inventor local quanto o investidor externo. Enquanto países vizinhos e concorrentes avançam nos rankings de inovação, o Brasil segue perdendo posições - e deixando, no caminho, tecnologias como a de Luciano à espera de um carimbo que não chega.

Advogados de réus do 6 de janeiro devem enfrentar processo por direitos autorais de consultora de júri



p_lead

26 Mai (Reuters) - Os advogados que representaram os réus acusados de invadir o Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 devem enfrentar ações judiciais por violação de **direitos autorais** de uma consultora de júri que alegou ter seu trabalho utilizado sem sua permissão, âdeterminou a Justiça dos EUA.

A juíza distrital Beryl Howell, de Washington, negou na segunda-feira moções separadas dos advogados Stanley Woodward, Paul Garrity e Kira Anne West, e de seus respectivos escritórios de advocacia, que pediam a rejeição de processos movidos pela consultora de júri Lindsay Olson. Woodward atua agora como procurador-geral associado dos EUA, terceiro posto mais graduado do Departamento de Justiça.

Advertisement · Scroll to continue

Howell concluiu que os processos â judiciais de 2025 movidos pela autora Lindsay Olson, consultora de júri, levantaram questões "inéditas" porque "a obra protegida por **direitos autorais** em questão foi usada em um esforço para proteger direitos individuais fundamentais".

Os advogados de Olson, Woodward, West e Garrity não responderam imediatamente a pedidos de comentários. Um porta-voz do Departamento de Justiça dos EUA também não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

Proprietária e operadora da In Lux Research and Analytics, Olson recebeu US\$30.000 de advogados que representavam dois membros do Oath Keepers,

um grupo paramilitar de extrema-direita, para produzir um relatório sobre a atitude do júri que foi

usado para apoiar uma moção de transferência de jurisdição âem â um caso decorrente do ataque ao Capitólio.

Advertisement · Scroll to continue

O relatório de Olson argumentava que a transferência do local do julgamento era necessária, pois "a comunidade de Washington, D.C., está saturada de potenciais jurados que nutrem preconceitos reais" contra os réus do caso de 6 de janeiro. Ela processou Woodward, West e Garrity por violação de **direitos autorais** depois que eles apresentaram cópias â de seu relatório para embasar o pedido de mudança de local do julgamento.

Os advogados argumentaram que Olson entrou com o processo tarde demais, que o público tem o direito constitucional de acessar os registros dos tribunais federais e que â o uso que fizeram do relatório de Olson se enquadra na doutrina do uso justo, que permite a utilização limitada e não autorizada de material protegido por **direitos autorais** em determinadas circunstâncias.

Howell afirmou na segunda-feira â que nenhum dos argumentos é "persuasivo, pelo menos nesta fase processual", e que é prematuro emitir uma decisão sobre o uso justo. O fato de o relatório de Olson estar disponível em um registro público do tribunal não o priva da proteção de **direitos autorais**, escreveu a juíza.

Reportagem de David Thomas

Our Standards: The Thomson Reuters Trust Principles., opens new tab

Suggested Topics:Mundo

Purchase Licensing Rights

David ThomasThomson Reuters

David Thomas reports on the business of law, including law firm strategy, hiring, mergers and litigation. He is based out of Chicago. He can be reached at d.thomas@thomsonreuters.com and on

Continuação: Advogados de réus do 6 de janeiro devem enfrentar processo por direitos autorais de consultora de júri

Twitter @DaveThomas5150.

Email

X

Chico Buarque processa Meta por uso de música por perfil de direita no Instagram



Vídeo de sátira a Alexandre de Moraes usou 'Apesar de Você'; advogados também pretendem mover ação contra pessoa que fez post

OUTRO LADO: Procurada, empresa não quis se manifestar sobre o caso

Chico Buarque está processando a Meta pelo uso de uma de suas músicas como trilha de um vídeo postado por um perfil bolsonarista. "Apesar de Você" foi utilizada num vídeo compartilhado no Instagram pela página Margem Direita, que debocha do ministro do Supremo Alexandre de Moraes .

No vídeo, Moraes aparecia em cenas violentas e caricatas, vestindo roupa de carrasco e ao lado de uma guilhotina. Em decisão liminar, a Justiça do Rio de Janeiro determinou a remoção do conteúdo das redes sociais.

Procurada, a Meta não quis se manifestar.

Após a identificação dos endereços de IP usados para acessar as contas investigadas no processo movido contra a Meta, os advogados do cantor pretendem usar essas informações para processar as

pessoas físicas que fizeram a postagem.

"Foi com muita dor, tristeza e indignação que Chico Buarque tomou conhecimento de publicações feitas com inteligência artificial em que obra de sua autoria foi indevidamente utilizada como parte de material audiovisual publicado no Instagram, em violação aos direitos de autor", afirma o texto da petição.

Os advogados João e Maria Isabel Tancredo dizem que os **direitos autorais** foram infringidos. Segundo eles, o uso "torna-se ainda mais grave" porque fere também o direito moral do autor "de proteger sua obra de usos que violem sua reputação ou honra". Isso porque o conteúdo vincula a imagem do artista, historicamente conhecido pelo seu posicionamento à esquerda, a um material bolsonarista - tanto em forma quanto em conteúdo.

O Ecad, escritório que faz arrecadação de **direitos autorais** e distribui entre os artistas, tem acordos com as plataformas digitais que permitem que usuários utilizem músicas em postagens pessoais dentro das ferramentas oferecidas pelas plataformas. No caso de vídeos editados ou animações de grande alcance, porém, deve-se pagar os direitos ao autor da música, segundo a instituição.

A página Margem Direita compartilha uma série de animações feitas em inteligência artificial que deboçam de figuras ligadas à esquerda ou anti-Bolsonaro, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Janja , Erika Hilton (PSOL) e os ministros do STF Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Outros vídeos no feed da página têm músicas de artistas como Milton Nascimento e Elizeth Cardoso, além de artistas estrangeiros como Lady Gaga, 50 Cent e Pink Floyd.

'Mercado ilegal de canetas é até cinco vezes maior que o formal', diz vice-presidente da EMS



Farmacêutica afirma que contrabando e produtos manipulados abastecem uma demanda paralela por medicamentos para emagrecimento; empresa aposta que aumento da concorrência ajudará a reduzir informalidade.

O mercado informal de canetas análogas de GLP-1 - categoria que inclui medicamentos como Ozempic, Wegovy e Mounjaro - pode ser até cinco vezes maior do que o mercado formal da indústria farmacêutica no Brasil, segundo estimativa apresentada pela EMS durante coletiva realizada nesta terça-feira (26), após a aprovação de sua própria versão de semaglutida pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**.

A avaliação foi feita pelo vice-presidente da companhia, Marcus Sanchez, ao comentar o cenário atual dos medicamentos usados para diabetes tipo 2 e obesidade.

Segundo o executivo, a forte procura pela substância nos últimos anos estimulou a formação de um mercado paralelo abastecido por produtos contrabandeados e por versões manipuladas comercializadas fora das condições exigidas para medicamentos registrados.

Na avaliação da empresa, a quantidade de unidades que circulam nesse mercado informal supera am-

plamente o volume vendido pela indústria farmacêutica regularizada.

Empresa critica produtos sem registro Durante a coletiva, Sanchez afirmou que a EMS não vê problema na entrada de novos concorrentes no setor, desde que todos estejam submetidos às mesmas exigências regulatórias.

Segundo ele, parte dos produtos vendidos atualmente como alternativas à semaglutida industrializada chega ao consumidor sem passar pelo mesmo processo de avaliação de qualidade, eficácia e segurança exigido pela **Anvisa** para medicamentos registrados.

O executivo também criticou a comercialização de produtos oriundos de outros países sem autorização para venda no Brasil.

Ele citou o caso do Paraguai, onde existem versões legalmente comercializadas de semaglutida sob as regras locais, mas ressaltou que a aprovação em outro país não autoriza automaticamente a importação ou venda do produto em território brasileiro.

Concorrência pode reduzir espaço do mercado paralelo Para a EMS, a ampliação da oferta de medicamentos registrados tende a reduzir a procura por alternativas irregulares.

Segundo Sanchez, parte do crescimento do mercado paralelo ocorreu em um contexto de forte demanda pelos medicamentos à base de semaglutida e de limitações de oferta.

Na avaliação da companhia, a chegada de novos fabricantes e o aumento da concorrência devem contribuir para uma maior formalização do setor.

A farmacêutica recebeu nesta terça-feira o registro do Ozivy, primeira semaglutida aprovada pela **Anvisa** após o fim da patente da Novo Nordisk no Brasil. A empresa afirma que o medicamento deverá chegar às farmácias em até 30 dias e terá preço cerca de 30% inferior ao do Ozempic.

Caneta nacional: Anvisa aprova 1º 'genérico' do Ozempic; entenda como funciona



Caneta nacional Ozivy, da farmacêutica EMS, foi autorizada para o tratamento de diabetes tipo 2 e é a primeira alternativa aprovada após o fim da patente da semaglutida

A **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** aprovou, nesta terça-feira, a primeira caneta nacional à base de semaglutida após o fim da patente da molécula no Brasil em março. A semaglutida é o princípio ativo do Ozempic e do Wegovy, remédios originais desenvolvidos pela Novo Nordisk para diabetes e obesidade. O aval foi concedido ao Ozivy, da farmacêutica EMS, com indicação para tratamento do diabetes tipo 2 de adultos.

A canetinha empacou? Cientistas descobrem por que efeito de remédios como Ozempic pode desacelerar com o tempo. Ela engorda? Em vídeo, médico desmistifica mitos e verdades sobre a proteína, estrela das dietas

Além disso, a **Anvisa** destaca que o produto é a primeira caneta de semaglutida sintética liberada para comercialização no Brasil, já que o fármaco original tem origem biológica. "Ou seja, o novo medicamento é uma versão sintética de um medicamento originalmente biológico registrado na **Anvisa**", explica a agência em nota. Ainda não há previsão para que o produto chegue às farmácias.

Tecnicamente, o produto não é considerado um genérico por não ser comercializado apenas com o nome da substância e pela regulação brasileira não

autorizar genéricos de medicamentos biológicos, como é o caso da semaglutida de referência, do

Ozempic e Wegovy. "Por isso, o produto é classificado como medicamento novo, sendo um análogo sintético de produto biológico", esclarece a agência.

Benefícios do pilates: O que muda no corpo de quem pratica o método e por que ele virou tendência nas academias

O pedido de registro da semaglutida sintética da EMS foi submetido à **Anvisa** ainda em 2023 e passou pelo processo técnico de comprovação de eficácia, segurança e qualidade dentro de um edital que deu prioridade à análise das chamadas "canetas emagrecedoras" produzidas nacionalmente. Segundo a **Anvisa**, há ainda outras cinco semaglutidas sintéticas e uma biológica em análise na agência, além de outros pedidos na fila.

A indicação aprovada do Ozivy é para o tratamento de adultos com diabetes tipo 2 insuficientemente controlado, como adjuvante à dieta e exercício. O remédio é também um injetável semanal. Ele precisa ficar armazenado em geladeira (em temperaturas de 2 °C a 8 °C) antes e depois de iniciado o tratamento - uma diferença para o Ozempic, que exige a refrigeração apenas antes do uso, podendo ficar até 30°C por até seis semanas após o paciente iniciar as doses.

Surto de Ebola: Por que parentes invadem hospitais para buscar os corpos das vítimas? Entenda

Após o registro da **Anvisa**, o Ozivy ainda precisa passar pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que define o preço máximo que poderá ser praticado no mercado brasileiro. Depois disso, a EMS decide quando lançará o remédio no país.

Como a caneta funciona?

Como todos os medicamentos da classe de análogos de GLP-1, a semaglutida sintética também está sujeita à prescrição de receita médica em duas vias. Esses remédios, caso do Ozempic, Wegovy e Mounjaro, simulam a ação do hormônio GLP-1 no

corpo.

No pâncreas, essa interação estimula a produção de insulina. Já no estômago, reduz a velocidade da digestão da comida e, no cérebro, ativa a sensação de saciedade, levando à perda de peso.

Em relação ao emagrecimento, o estudo STEP-4, com a semaglutida a uma dose de 2,4 mg, mostrou que a perda chega a aproximadamente 17,4% do peso após um tratamento de 68 semanas, cerca de 1 ano e 4 meses.

Desafio na análise da semaglutida sintética

A **Anvisa** destaca ainda que a análise de versões sintéticas da semaglutida é "um desafio técnico para as agências reguladoras em todo o mundo", e que o órgão brasileiro é um dos primeiros a registrar esse tipo de produto.

Até então, todos os medicamentos de semaglutida registrados no Brasil eram biológicos: caso do Ozempic e do Wegovy, da Novo Nordisk, mas também dos remédios idênticos Extensior e Poviztra, respectivamente, produzidos pela Eurofarma no

país a partir de um acordo com o laboratório dinamarquês.

Segundo a **Anvisa**, os medicamentos biológicos são moléculas complexas e podem ser obtidas a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou ainda de procedimentos biotecnológicos, por meio de manipulação ou inserção de outro material genético (DNA recombinante) ou alteração dos genes.

Já os análogos sintéticos são feitos por síntese química, o que resulta em moléculas menores e mais estáveis que podem ser reproduzidas de forma idêntica. No entanto, esses produtos são considerados de alta complexidade, pois compartilham características e riscos de fabricação relacionados às duas categorias.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	2,3,4
Entidades	1
Marco regulatório Anvisa	5,6,7
Marco regulatório INPI	1
Patentes	1
Propriedade Industrial	1
Propriedade Intelectual	1